



## COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

### ACTA NÚMERO 19/XII/ 1.ª SL

Ao oitavo dia do mês de Novembro de 2011, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 – Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados:
  - *Apreciação e votação do Parecer sobre a Retoma de Mandato do Deputado Jacinto Serrão de Freitas (PS), com efeitos a partir de 08-11-2011, inclusive;*
  - *Pedido de parecer sobre regime de incompatibilidades e impedimentos, solicitado pela Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD);*
  - *Ponto de situação do processamento das declarações de registo de interesses;*
- 2 – Discussão e votação do Parecer sobre o “*Relatório do Governo - Portugal na União Europeia – 2010*” - *Deputada relatora: Ana Sofia Bettencourt (PSD);*
- 3 - *Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para a realização de um conjunto de audições com a Comissão de Trabalhadores da RTP, Sindicato dos Jornalistas, Conselho de Opinião da RTP e o Grupo de Trabalho para a definição do conceito de serviço público de Comunicação Social;*
- 4 *Apreciação e votação da acta nº 15;*
- 5 – Outros assuntos.

Quanto ao primeiro ponto da Ordem do Dia, por se tratar de matéria relativa ao Estatuto dos Deputados, os assuntos foram tratados à porta fechada.

O parecer sobre a retoma de mandato do Deputado Jacinto Serrão foi aprovado por unanimidade.



O pedido de parecer solicitado pela Senhora Deputada Teresa Leal Coelho foi distribuído ao Grupo Parlamentar do PSD, tendo a Senhora Deputada Carla Rodrigues ficado de indicar o relator em momento posterior.

No que se refere ao ponto de situação do processamento dos registos de interesses, o Senhor Presidente realçou que a comunicação social vinha recorrentemente a confundir a falta de publicação dos registos de interesses com a falta de entrega de entrega dos mesmos, o que afectava a imagem e credibilidade da Assembleia da República, da 12.<sup>a</sup> Comissão e dos Deputados. Relembrou que todos os registos de interesses haviam sido entregues mas que ainda faltavam publicar 26, e informou que, na semana anterior, havia enviado um email a todos os 40 deputados que ainda não haviam procedido às alterações e submetido de novo o registo de interesses lembrando a necessidade de o fazerem. Em seguida, propôs que, caso até ao final do dia ainda estivessem registos de interesses por publicar, o Centro de Informática publicasse todos os processos que estivessem com os Deputados.

Sobre esta matéria, intervieram os Senhores Deputadas Inês de Medeiros (PS), Catarina Martins (BE), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Sérgio de Azevedo (PSD), Bruno Dias (PCP) e João Oliveira (PCP), que salientaram que o Parlamento estava muito pressionado e era avaliado em todos os sentidos e que concordavam que os registos ainda por corrigir ou alterar fossem publicados, desde que, de alguma forma, ficasse salvaguardado e devidamente assinalado que a versão publicada não era a versão definitiva.

Quanto ao segundo ponto da Ordem do Dia, a apresentação e votação do parecer foram adiadas para momento posterior da reunião.

No que toca ao terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Catarina Martins apresentou o requerimento.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) criticou os considerandos do requerimento e afirmou que o Grupo Parlamentar do PSD não concordava com os argumentos ali elencados, mas que estava disponível para votar a favor da audição do Conselho de Opinião da RTP, da Comissão de Trabalhadores da RTP e do Grupo de Trabalho. Acrescentou que o Grupo Parlamentar do PSD estava contra a audição do



Sindicato dos Jornalistas, pelo facto de se tratar de um plano de gestão interna da RTP por considerar que aquele Sindicato representava apenas parte dos trabalhadores da RTP, e que estes veriam os seus interesses bem representados pela Comissão de Trabalhadores.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) esclareceu que o Grupo Parlamentar do BE requeria a presença do Sindicato dos Jornalistas para se pronunciar sobre o plano de sustentabilidade da RTP porque este plano estava directamente relacionado com a pluralidade e liberdade de informação, e por entender que aquele Sindicato era a melhor entidade para as defender, não se pretendendo que o mesmo fosse ouvido na qualidade de representante dos trabalhadores da empresa mas para aquele efeito.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) disse concordar com todas as audições propostas pelo Grupo Parlamentar do BE no requerimento, e observou que seria uma mais valia se a Comissão ouvisse igualmente o conjunto dos sindicatos que representam os trabalhadores da RTP, eventualmente numa audição conjunta.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) salientou o interesse de ouvir, em audição, todas as entidades propostas, designadamente o Sindicato dos Jornalistas e o Grupo de Trabalho, porque o fundamento das audições, que era a profunda alteração do serviço público de televisão em Portugal e todas as suas consequências, o justificava.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) solicitou que as audições fossem votadas entidade a entidade, pelo facto de concordar com a audição do Conselho de Opinião da RTP, da Comissão de Trabalhadores da RTP e do Grupo de Trabalho, mas discordar da audição do Sindicato dos Jornalistas, por considerar que ouvir este Sindicato seria ouvir uma estrutura sindical em detrimento de outros sindicatos que representam os trabalhadores da RTP, e que estes estariam representados pela Comissão de Trabalhadores, que era muito mais abrangente que o Sindicato e era uma estrutura da própria empresa e não externa. Respondendo à Deputada Catarina Martins, acrescentou que a ouvir-se uma entidade para se pronunciar sobre a liberdade e pluralidade de informação, deveria ser a ERC, e não o Sindicato dos Jornalistas.



Tendo o requerimento sido sujeito a votação, foram aprovadas por unanimidade as audições do Conselho de Opinião da RTP, da Comissão de Trabalhadores da RTP e do Grupo de Trabalho para a definição do conceito de serviço público de comunicação social. A audição do Sindicato dos Jornalistas foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, e os votos favoráveis do PS, do PCP e do BE.

A Comissão deliberou que a grelha de tempos a utilizar seria a grelha B), com duas rondas e com a possibilidade de as entidades fazerem uma apresentação inicial de 5 minutos.

O Senhor Presidente informou que havia contactado o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, e que este lhe havia comunicado que não enviaria à 12.<sup>a</sup> Comissão o plano de sustentabilidade económica e financeira da RTP por se tratar de um documento de gestão interna que continha informação concorrencial que não poderia ser divulgada.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) criticou o facto de o Governo não divulgar aos Deputados o plano de sustentabilidade da RTP, considerou que tal era uma afronta e um desrespeito ao Parlamento, e salientou que a RTP era uma empresa pública e, como tal, sujeita aos poderes de fiscalização da Assembleia da República. Afirmou, ainda, que teria de consultar a Direcção do Grupo Parlamentar do PS para saber como proceder relativamente à audição sobre esta matéria, que estava agendada para o dia seguinte com o Presidente do Conselho de Administração da RTP.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) considerou que a não divulgação do plano de sustentabilidade da RTP à 12.<sup>a</sup> Comissão era um desrespeito para com o Parlamento, que fiscaliza o Governo e tem o direito de ter toda a informação para esse efeito, e indicou que também teria de consultar a Direcção do Grupo Parlamentar do PCP para saber como proceder relativamente à audição com o Presidente do Conselho de Administração da RTP. Sublinhou, ainda, que havia um dever, constitucional e legalmente consagrado, de o Governo apresentar os documentos solicitados pela Assembleia da República para exercer os seus poderes de fiscalização política.



A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) considerou que o que estava em causa com esta não disponibilização de informação era a salvaguarda da democracia representativa, e acrescentou que todo o documento deveria ser conhecido pela Assembleia da República mas que, em alternativa, pelo menos fosse disponibilizado o documento que o Presidente do Conselho de Administração da RTP vinha apresentar à 12.ª Comissão.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) considerou que era de lamentar que não tivesse havido uma resposta formal ao ofício enviado pelo Senhor Presidente da Comissão, mas salientou que se estava perante uma questão de ordem prática, não fazendo sentido que o Governo enviasse o plano de sustentabilidade que era um documento técnico e de pormenor, sendo preferível que fosse enviado um documento com as linhas gerais. Em seguida, propôs que fosse requerido ao Presidente do Conselho de Administração da RTP que enviasse, com urgência, um documento com as linhas gerais do plano de sustentabilidade da RTP.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) concordou com a proposta do Senhor Deputado Raúl de Almeida, de que deveria ser enviado um documento com as medidas gerais do plano de sustentabilidade da RTP. E propôs que esta informação fosse enviada com urgência ou, em alternativa, se adiasse a audição com o Presidente do Conselho de Administração da RTP.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) reiterou que o Grupo Parlamentar do PS pretendia ter acesso ao plano de sustentabilidade da RTP, que havia sido aprovado, na sua versão integral e completa.

O Senhor Presidente concluiu que havia uma divergência entre PS, PCP e BE, que pretendiam ter acesso à versão integral do plano de sustentabilidade, ainda que rasurado dos dados concorrenciais, e PSD e CDS-PP, que entendiam que bastaria ser disponibilizado um documento com as linhas gerais programáticas do plano. Em seguida, observou que havia consenso relativamente ao adiamento da audição agendada para o dia seguinte, caso não fosse enviada qualquer documentação, e propôs a realização de uma reunião de coordenadores, no dia seguinte, pelas 11h30m, para deliberar sobre a audição em causa, em face dos possíveis documentos que entretanto fossem enviados.



Voltando ao segundo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) apresentou o parecer relativo ao “*Relatório do Governo - Portugal na União Europeia – 2010*”.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), após saudar o trabalho da Senhora Deputada relatora, disse discordar da leitura valorativa do final das conclusões do parecer, pelo que solicitou a votação autónoma das alíneas e) e f) do parecer.

Assim, o parecer relativo ao “*Relatório do Governo - Portugal na União Europeia – 2010*”, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, com excepção das alíneas e) e f) das conclusões e parecer, as quais foram aprovadas com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE e o voto contra do PCP.

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e vinte cinco minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 29 de Novembro de 2011

**O PRESIDENTE,**

**(José Mendes Bota)**



### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Ana Sofia Bettencourt  
Bruno Dias  
Carla Rodrigues  
Catarina Martins  
Glória Araújo  
Inês de Medeiros  
Lídia Bulcão  
Maria da Conceição Caldeira  
Mendes Bota  
Miguel Laranjeiro  
Odete Silva  
Raúl de Almeida  
Sérgio Azevedo  
António Braga  
Filipe Neto Brandão  
João Lobo  
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida  
Isabel Sena Lino  
João Portugal  
Luís Pita Ameixa  
Paulo Rios de Oliveira  
Rosa Arezes

*A presente acta foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 04/01/2012*